

MAL POR MAL,
ANTES
POMBAL

Uma Memória de Sebastião
José de Carvalho e Melo

JOSÉ JORGE LETRIA



NÃO FICÇÃO · HISTÓRIA

ÍNDICE

Preâmbulo	13
I	19
Carta do Marquês de Pombal ao filho Henrique, conde de Oeiras	27
II	29
Fala do Cavaleiro de Oliveira	33
III	35
Fala de um amigo de juventude do Marquês de Pombal.	39
Fala de Pombal Maçom	42
IV	45
Fala de João Baptista Pele	49
V	53
Fala de D. Luís da Cunha	57
VI	61
Fala de uma mulher do povo	66
VII	69
Fala do padre Gabriel Malagrida	74
VIII	77
Fala dos desembargadores Monteiro e França	82
IX	85
Fala de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho	89
X	93
Fala de Diogo Inácio de Pina Manique	97
XI	99
Fala de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.	103

XII	105
XIII.	109
Fala do cavalo de D. José I.	113
XIV.	115
Fala do poeta Correia Garção	118
XV	123
Fala de D. Leonor de Távora	128
XVI.	131
Fala do conde de Lippe	135
XVII	137
Fala de Luísa Todi	142
XVIII.	145
Fala de Camilo Castelo Branco.	149
XIX.	151
Fala de D. Leonor de Daun.	155
XX	159
Decreto de D. Maria I	163
XXI.	165
Fala da estátua do Marquês de Pombal no ano de 1934	169
Cronologia dos factos históricos	173
Bibliografia	175

Entre o homem fidalgo que andava pelos caminhos de Soure como um vagabundo, levado até à extremidade de roubar um cavalo por uma hora, e aquele ministro no seu desterro, pronto a justificar-se, a defender-se, um tanto estranho à realidade da morte, não há um reinado, uma nação, uma medida de tempo. Há só o homem e o seu enigma; e o nome escrito em papéis.

AGUSTINA BESSA-LUÍS, in *Sebastião José*

Preâmbulo

A rainha que sucedera no trono a seu pai, D. José I, queria ficar na História como pessoa indulgente, caritativa e jamais movida pelas labaredas da acrimónia e da vingança. Não gostava de Pombal, nunca gostara. Execrava a sua sede de poder, a sua arrogância, os excessos do seu pulso de ferro e o desprezo que nutria por quem tivera berço superior ao seu. Era um homem temível que, pessoalmente, nunca lhe fizera qualquer agravo ou desconsideração, talvez por estar ciente de que, mais tarde ou mais cedo, teria de lhe prestar contas, de se ajoelhar à sua frente para lhe pedir perdão. Se dependesse somente dela, tudo se resolveria com firmeza mas sem alarido, para não se acordarem nos túmulos fantasmas antigos. Porém, o regresso de exilados como o duque de Lafões, João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, e de centenas de jesuítas expulsos do país forçava a rainha a mostrar a firmeza do seu mando, ordenando, entre outras medidas, a reabertura do processo dos Távoras, com vista à libertação e reabilitação de todos os que Pombal mandara condenar e banir, já que nada poderia ser feito pelos executados.

Lisboa tornara-se uma cidade anti-Pombal, como se um novo terremoto a abalasse, mas, desta feita, em nome das injustiças que deviam ser reparadas e da limpeza da honra por que tantos clamavam, sobretudo à porta das igrejas, onde narravam, com cópia de pormenores, as malfeitorias de que haviam sido vítimas estando Sebastião José de Carvalho e Melo no poder. Muita gente se amotinava reclamando a punição exemplar daquele a quem, em tom de chacota, chamavam «Cabeleira» e que agora, degredado nas suas terras de Pombal, padecia

dos pestilentos males do corpo, por certo como punição divina por tanto mal ter feito a gente piedosa e inocente, a avaliar pela veemência dos testemunhos que ecoavam nas ruas, à mistura com lágrimas, preces e imprecações e súplicas. Com tudo isto fazia o povo coro, repetindo as rimas que verberavam a honra, a dignidade e a honestidade do Marquês, antes temido e temível, até pelo porte imponente que alguém em tempos comparara ao do rinoceronte enviado a Roma para espanto do papa.

Raro era o dia em que a rainha não recebia em audiência quem fosse queixar-se de Pombal e dos actos com que agravara Portugal e os portugueses. Por vezes, agastada com a veemência dos testemunhos, dormitava agitada, e depois retirava-se para se refrescar e rezar. Sentada no trono que fora de seu pai, não podia furtar-se a esse encargo, mas estava ciente de que governar devia ser coisa de outra índole e que o seu tempo não podia ser todo consumido com as queixas que envolviam os muitos anos de presença de Pombal no poder. Se tinha de ser castigado, que fosse, mas nunca se devia perder de vista que condená-lo seria também condenar a memória do reinado de seu pai, que Sebastião José engrandecera com muitas medidas severas, mas justas e oportunas. A rainha sabia até que ponto D. José I confiara no seu ministro, na sua competência e no seu poder de decisão, ciente de que nunca dele partiria qualquer maquinação ou manobra sediciosa que pudesse fazer perigar a sua autoridade real.

Lidava a rainha com um drama de todas as horas: Pombal já pertencia ao passado, mas permanecia obstinadamente presente, desde os pregões populares e das rimas dos cegos até aos sermões dos jesuítas regressados à grandiloquência vingativa e pomposa dos púlpitos. Quisera a rainha ver de vez aquele assunto selado e arquivado, mas faltava cunhá-lo com um libelo acusatório que mantivesse Pombal em Pombal, a morrer lentamente, como se agonizasse num tribunal imaginário, respondendo a múltiplos quesitos, enquanto as feridas corporais se abriam, fétidas e dolorosas, a febre aumentava e a comichão o deixava sem posição nem sossego. Ainda que não houvesse o propósito real de o fazer subir ao cadafalso, era necessário que o povo soubesse que o ex-governante não sairia impune e seria sujeito a uma sentença

talhada para o ferir muito mais na honra do que na esperança de vida, já de si tão minguada, tão fugidia. A rainha castiga, mas sem derramar sangue. Decreta contra Pombal, que se vê privado de títulos e honras, mas, ao mesmo tempo, louva a sua acção como estadista. Os perseguidos, os degredados, os espoliados, os que vinham do reinado antigo de D. João V querem mais, exigem que se vá mais longe, que role pelo menos uma cabeça. Mas Maria limita-se a fazer cair o medalhão que liga Pombal a seu pai, no pedestal da estátua, no Terreiro do Paço. Para ela, é quanto basta, estando nas suas mãos, e não em quaisquer outras, o ceptro do mando real. Mais do que mostrar que é piedosa e magnânima, a jovem rainha, que não esquece as dores imensas de que amigos seus padeceram, mostra que tem grande astúcia política, intuição e sentido da medida. Para castigar Pombal como os seus inimigos reclamavam, ela teria de rejeitar o despotismo de Pombal e deixar manchado na galeria da História o retrato de seu pai com as sombras da pusilanimidade, da ausência de firmeza na governação e da passividade cúmplice. Só em circunstâncias extremas guarda uma filha semelhante tratamento para um pai, sobretudo quando ele foi rei e amado nessa dupla condição.

Nunca Maria, devota e temente a Deus, rezaria para que se agravasse ainda mais a decrepitude de Sebastião José. Mas, no íntimo, ansiava pelo desfecho fatal, pelo epílogo trágico que pusesse fim a tantos meses de sofrimento. Se fosse essa a vontade de Deus, seria uma dádiva dos céus para o sofredor Pombal e para a nova governação. Já nas terras que lhe davam título, em Pombal, ele próprio, farrapo de si mesmo, febril e em crescente estado de putrefacção, daria a ordem de execução, como muitas vezes fizera antes, se tal de si pudesse depender.

– Majestade, só a morte pelo garrote e pelo fogo, como a que foi imposta ao pobre padre Malagrida, dará a Pombal o castigo que merece e que Deus, por certo, para ele tem reservado no tribunal da Sua vontade suprema.

Raro era o dia em que D. Maria I não ouvia, da boca de nobres e plebeus com responsabilidades, frases deste jaez, ditadas por um ódio que nenhum bom senso ou memória de feitos incontroversos seria capaz de apaziguar. Até o povo, antes de pedir pão, reclamava agora a

punição exemplar daquele que em nome dele tantas vezes pronunciara a palavra «progresso» ao falar do renascimento de Lisboa e do futuro de Portugal, prática tão comum que se vulgarizara.

Nem os confessores, jurados inimigos do ex-governante, davam agora sossego à jovem rainha, sussurrando-lhe visões dantescas como a que aqui fica registada:

– Sabei, Majestade, que vosso amado pai sofre agora as tremendas penas do Inferno, por ter permitido que Pombal mandasse matar, degredar e humilhar tanta gente inocente, somente por ser na Terra um dos representantes do próprio Demónio.

Piedosa e de espírito atormentado, a rainha padecia de terríveis pesadelos, nos quais via D. José I a arder no meio das mais furiosas labaredas, gritando pelo seu nome e exigindo-lhe que castigasse severamente o seu ministro por tanto o ter enganado e desviado do recto e iluminado caminho. Entretanto, despertava alagada em suores e dava-se conta de que o verdadeiro Inferno era ali mesmo na Terra, junto de si, com a vizinhança daquela personagem que, embora fisicamente distante, nos interrogatórios de Pombal, todos os dias a assombrava, a desassossegava, como se fosse ela e não ele o arguido. Os temores e alucinações, que mais tarde viriam a toldar-lhe de vez a razão e a empurrá-la para a loucura, foi nesses meses que se instalaram na sua mente inquieta, para nunca mais dela saírem. As raízes da insanidade nunca se desprendem do chão movediço da razão atormentada.

Se Pombal, o Marquês de todos os males e suspeitas, tinha de ser confrontado com a justiça, que o fosse quanto antes, sem tergiversações ou ambiguidades. Para tanto, designou a rainha dois desembargadores da sua confiança, ambos conhecedores dos trabalhos e do carácter do ex-ministro do rei, que deveriam confrontá-lo com todas as acusações contra ele inventariadas. E que não fossem brandos nem excessivamente cruéis, buscando a medida justa no discurso e na gestão do tempo. Mais do que condenar Pombal, era imperioso, diga-se, fazer sofrer Pombal, sem permitir que viesse a Lisboa defender-se em tribuna pública, como chegou a reclamar, já que, se tal desiderato fosse atendido, iriam ouvir-se da sua boca muitas inconveniências sobre pessoas e instituições entretanto guindadas às mais altas funções do Estado.

– Que se justifique, padeça e se defenda, caso possa, e que o interrogatório seja, em si mesmo, a parte mais importante da execução da sentença. O mais que houver para ser dito e lavrado para depois se tornar História constará de um decreto que assinarei com o meu punho, e não quero que tarde a hora em que o farei.

Foi com estas ordens que os desembargadores José Luís da França e Bruno Manuel Monteiro, reputados homens de leis, partiram sem demora, para, entre Outubro de 1779 e Janeiro de 1780, fazerem pesar sobre a consciência do Marquês o sentimento de agravo de uma nação inteira e de uma rainha comprometida com o destino do seu povo e com o valor sagrado da justiça, acima da qual o homem que fora ministro da plena confiança de seu pai não poderia em circunstância alguma ficar.

Que lhe fosse, entretanto, dada a oportunidade de se defender de todas as acusações e que dessa defesa se fizesse detalhado registo, para constar da memória histórica, à qual nem governantes nem governados se deverão eximir de prestar contas. Que se fizesse igualmente registo de todas as falas e outros testemunhos considerados relevantes para o apuramento da culpa ou da inocência de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal.

Na manhã em que os homens de leis rumaram a Pombal, a rainha experimentou uma rara sensação de alívio, ajoelhou-se e rezou, e, nessa noite, pela primeira vez em meses, não foi atormentada por pesadelos nem viu o pai a debater-se, mirrado e ardente, com as infernais chamas do castigo divino. Aspirava a rainha a ver-se livre de um fantasma ainda vivo – o do Marquês – que lhe consumia a alma como se fosse um enviado de Lúcifer para lhe infernizar a vida. Se queria em seu redor uma corte apaziguada e respeitadora dos preceitos, das regras e das distâncias protocolares, precisava de sentir que Pombal agonizava dia a dia, porquanto o seu sofrimento era o preço do resgate da sua tão almejada paz de espírito.

Nas ruas, o povo ainda reclamava a condenação de Pombal, o mesmo que anos antes fizera renascer Lisboa das cinzas e dos escombros da catástrofe, mas nenhuma dessas vozes chegou aos aposentos reais, muito menos aquelas que, em surdina, começavam já a murmurar: «Mal por mal, antes Pombal.»

«O que sabe ensine;
o prudente governe; o sábio reze.»

«Enterrar os mortos e cuidar dos vivos.»

«É mais eficaz a moderação com que
se repreende do que a severidade
com que se castiga.»

MARQUÊS DE POMBAL



Vai declinando a luz no horizonte dos meus dias breves. Sinto que o fim se aproxima pela mão da doença e do cansaço. Que de mim não se espere já alento ou vontade para contrariar este inexorável declínio. Em Lisboa, os meus inimigos, que são muitos, desfraldaram as bandeiras do triunfo depois da minha partida e tudo fizeram para eu ser condenado, de preferência em julgamento público e com sentença capital. Mas eu sei que não se irá tão longe, embora existam outras formas de condenar um homem e de executá-lo, mesmo que não seja necessário fazê-lo subir ao cadafalso.

O que de mim se diz talvez não seja o que sobre mim se sente. E há uma voz cá dentro que me acompanha e interroga sempre que as certezas ameaçam não prescrever e as dúvidas se amotinam no meu espírito para me roubarem a paz a que aspiro.

Não pode um homem de Estado queixar-se da ingratidão da pátria ou daqueles que serviu, pois é sentimento que quase nunca existe em relação a quem teve sobre os ombros o peso da governação. Não é o povo que é ingrato; é a memória dos homens que tende a encurtar-se no escrutínio da História quando se trata de deitar contas ao que foi o exercício do poder.

Longo, muito longo e tantas vezes árduo foi o caminho que percorri até chegar ao ponto em que hoje me encontro, ao todo vinte e sete anos, revisitando datas, nomes, lugares, feitos e desaires. Que ninguém espere de mim a lamúria ou autocomiseração por qualquer tragédia que me tenha assombrado a vida. Apenas uma me abalou o corpo e a

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, 1.º conde de Oeiras e 1.º marquês de Pombal; secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, depois, secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino (1699-1782)

Casamentos:

Teresa de Noronha

Leonor de Daun

Filhos (com Leonor de Daun):

Teresa Violante, condessa de São Paio

Henrique José, 2.º conde de Oeiras e 2.º marquês de Pombal

Leonor Joana

Maria Francisca

Mariana Xavier

José Francisco, 1.º conde da Redinha e 3.º marquês de Pombal

Maria Amália, condessa de Rio Maior



alma, e falo do terramoto que assolou Lisboa em 1755. Foi a prova mais dura que Deus e a vida quiseram pôr-me no caminho, confrontando-me com a magnitude de uma dor colectiva e de uma destruição nunca antes conhecidas pelas gentes da nossa terra. Arregacei as mangas, juntei homens e vontades, cabedais e muita valentia, e ordenei que sobre os escombros nascesse não apenas uma nova capital mas uma nova mentalidade, uma outra maneira de sentir e de pensar Portugal. E eis que a voz interior me pergunta: «Terá sido este o melhor caminho, o mais justo, o que não faz de um homem um déspota?» E eu contendo-me e calo-me, pois nem as vozes que nos habitam, sejam elas de Deus ou da nossa consciência, merecem outra resposta que não seja a do silêncio que medita e aconselha. A verdade é que parte do meu desígnio foi cumprida; a restante só o tempo o poderá dizer.

Herói? Nunca tal estatuto ou condição reclamei. Fui somente um homem de Estado, um governante dedicado que serviu o seu soberano e a sua pátria, sem todavia descurar a atenção que sempre deve ser reservada a quem, sediciosamente, tenta lançar por terra, em nome de privilégios e títulos há muito acumulados, o que, esforçadamente, outros conseguiram erguer para o bem comum, mesmo vindo de mais baixa condição.

Estou só, muito só, apesar do apoio dedicado e sempre presente de minha mulher, e também num grande padecimento físico e moral. Só, na realidade, sempre estive nas horas em que tive de tomar as decisões que permitiram a Portugal resistir, modernizar-se e engrandecer-se de novo. É sina dos governantes, por mais vozes que ouçam e prezem, ouvirem somente a sua própria voz no momento em que são chamados a escolher, a sentenciar, a perdoar ou a punir. Por muito que um homem de Estado seja dado à partilha de opiniões, a última palavra será sempre a sua, para o melhor e para o pior, e entre os meus muitos defeitos nunca constou o de me inibir ante os imperativos da razão de Estado. Ouvi quem tinha de ouvir, dando preferência àqueles em quem confiava, mas a última voz que a minha consciência ouviu foi sempre a minha e nenhuma outra.

Estou doente, muito doente e fraco. Tenho o corpo numa chaga que me martiriza dia e noite com comichão, ardor e dores, sinto-me a

desfazer por dentro e por fora, e não há médico capaz de mitigar este sofrimento que parece ser já um castigo terreno para os muitos males que em Lisboa me atribuem, como se eu tivesse sido a encarnação do próprio Demónio, o rosto secreto do Mal, e de novo a voz interior me pergunta se espero absolvição dos pecados que possa ter cometido em nome daquilo em que acreditei e servi.

Em horas como estas, é sempre preciso encontrar um culpado, um responsável, um rosto e um nome sobre os quais se abata a cólera dos novos poderes. Quem melhor do que eu estaria em condições de preencher este dramático requisito? Pareço ter sido talhado para desempenhar esse papel no grande teatro da baixeza humana, em que os papéis de acusadores e carrascos são agora desempenhados por aqueles que me bajularam enquanto cumpriam as minhas ordens, sempre solícitos, sempre prontos a ouvir e intrigar, sempre dispostos a denunciar e a colher os frutos da delação.

Cedo se anunciou de forma eloquente a pena que me estava reservada quando, mesmo sendo eu ministro do reino e tendo essa incumbência protocolar, fui afastado da preparação das exéquias do Senhor D. José e proibido de acompanhar o féretro até São Vicente de Fora, onde me fiz representar pelo meu filho Henrique, conde de Oeiras e presidente do Senado de Lisboa, que me deu conta da frieza, indiferença e mesmo imperdoável deselegância com que foi recebido:

– Meu pai, não me restou outro procedimento que não fosse abandonar o local como forma de protesto contra a maneira como senti ser ferido o meu e o vosso orgulho. Não se trata assim quem representa aquele que, servindo o rei e o Estado, deu o melhor de si para que Portugal progredisse e se tornasse respeitado. Bati com a porta e saí, meu pai, sabendo que só esse gesto poderia fazer justiça ao vosso bom nome e à dignidade da nossa família.

Assim se lavrava, tacitamente, a sentença que acabou por me atingir com a chegada a Pombal de dois juizes, no passado dia 9 de Outubro, com a incumbência de me interrogarem durante horas. Os interrogatórios têm decorrido horas a fio, entre as 11h00 e as 15h00, mostrando-se os inquiridores, a que prefiro chamar inquisidores, totalmente insensíveis